



RTN
2020
Outubro

Publicado em
26/11/2020

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Tesouro Nacional

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2019/2020 – Valores Nominais

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2019/2020								
Discriminação	Jan-Out		Variação (2020/2019)		Outubro		Variação (2020/2019)	
	2019	2020	% Nominal	% Real (IPCA)	2019	2020	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.274.405	1.166.515	-8,5%	-11,2%	134.795	153.573	13,9%	9,6%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	221.768	207.499	-6,4%	-9,2%	18.148	20.460	12,7%	8,5%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.052.637	959.016	-8,9%	-11,6%	116.646	133.113	14,1%	9,8%
IV. DESPESA TOTAL	1.116.490	1.639.991	46,9%	42,7%	107.963	136.677	26,6%	21,8%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-63.854	-680.974	-	-	8.684	-3.564	-	-
Tesouro Nacional e Banco Central	116.042	-428.597	-	-	23.321	6.074	-74,0%	-74,9%
Previdência Social (RGPS)	-179.896	-252.377	40,3%	36,7%	-14.637	-9.638	-34,2%	-36,6%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,1%	-11,4%	-	-	-	-	-	-

Memorando:								
Resultado do Tesouro Nacional	116.498	-428.096	-	-	23.396	6.118	-73,9%	-74,8%
Resultado do Banco Central	-456	-501	9,9%	7,6%	-75	-44	-41,5%	-43,7%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-179.896	-252.377	40,3%	36,7%	-14.637	-9.638	-34,2%	-36,6%

Em outubro de 2020, houve **déficit primário de R\$ 3,6 bilhões**, frente a superávit de **R\$ 8,7 bilhões em outubro de 2019** (valores nominais).

No acumulado até outubro de 2020, houve déficit primário de **R\$ 681,0 bilhões** frente a déficit de R\$ 63,9 bilhões em 2019 (valores nominais).

Importante destacar que o déficit para o mês decorre das **medidas de combate e dos efeitos da crise COVID-19**.

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2012/2020 – R\$ Bilhões – A preços de out/20 – IPCA

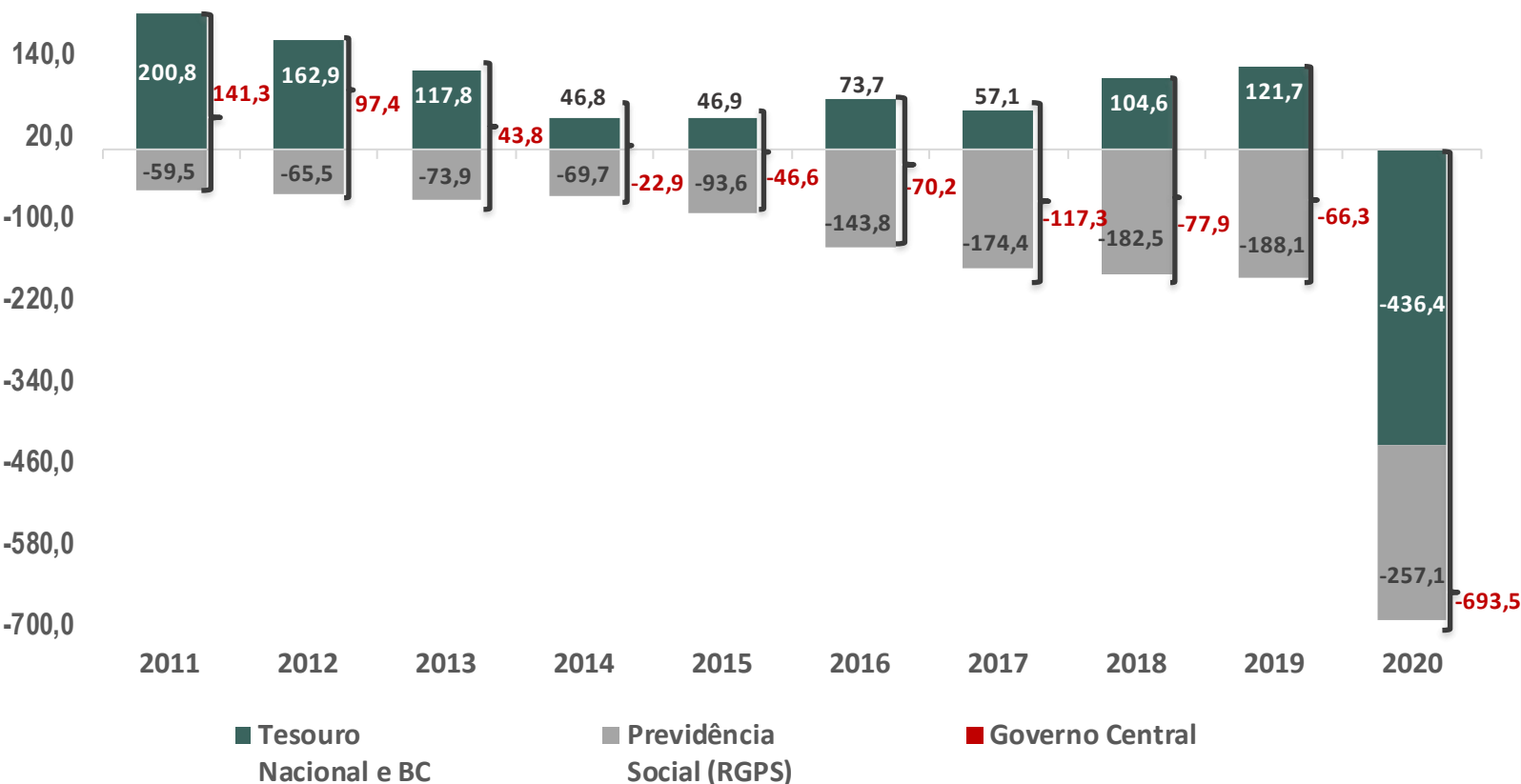


O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses (até out/2020) foi de **déficit de R\$ 725,6 bi**, equivalente a **9,8% do PIB**.

A atual **projeção de déficit primário** para o Governo Central* é de **R\$ 844,3 bilhões** em 2020, próximo a **11,7% do PIB**.

Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2011/2020 – R\$ Bilhões – A preços de out/20 – IPCA*

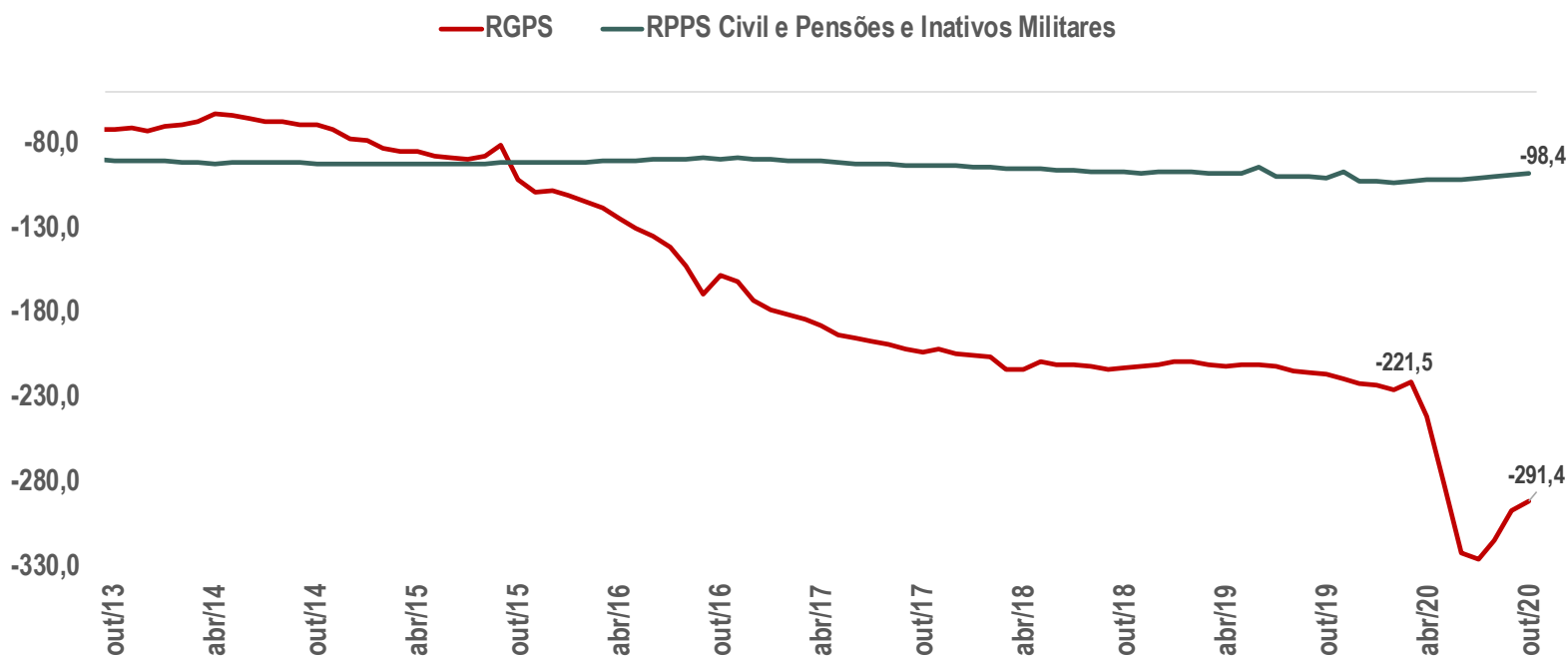


No acumulado até outubro de 2020, a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 257,1 bilhões**, enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** apresentaram **déficit de R\$ 436,4 bilhões**.

A reversão dos superávits do Tesouro Nacional e Banco Central e o aprofundamento do déficit da previdência associam-se à crise COVID-19 .

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2013/2020 – R\$ Bilhões – A preços de out/20 - IPCA



Total do déficit **RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 392,9 bilhões (5,4% do PIB)** no Governo Central no acumulado em 12 meses até outubro de 2020, a preços de out/2020 – IPCA.

A deterioração no resultado do RGPS decorre do efeito conjunto da queda da arrecadação líquida para o RGPS e da antecipação do pagamento do 13º da previdência com impactos em abril, maio e junho.

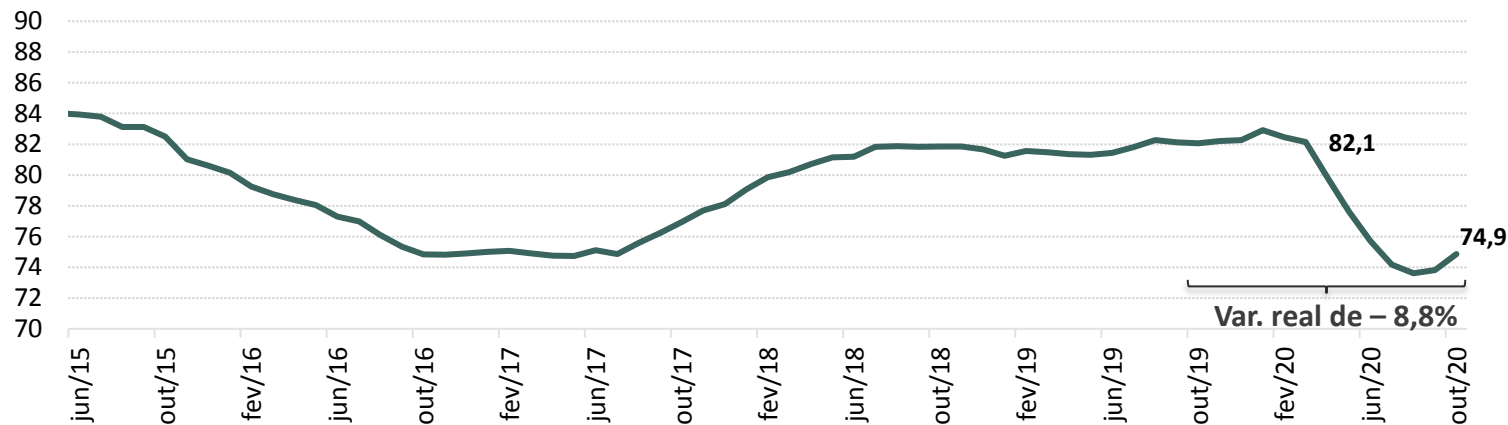
* Inclui FCDF.

Receitas do Governo Central

Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Média Móvel Mensal (12 meses) – R\$ Bilhões – A preços de out/20 - IPCA

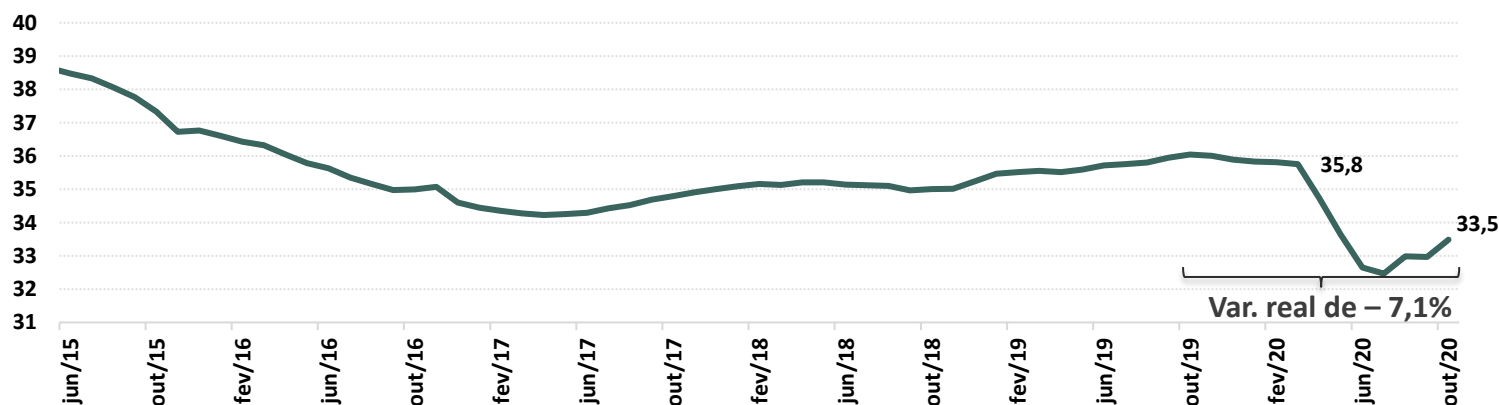
Receita Administrada pela RFB – Sem repatriação



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB** apresentou **redução real de 8,8%** em relação a outubro de 2019, enquanto a da **arrecadação líquida para o RGPS** caiu **7,1%** para o mesmo período.

A partir de agosto teve começo o processo de reversão de diferimento.

Arrecadação Líquida para o RGPS



No acumulado até outubro de 2020, estima-se que o diferimento tenha totalizado R\$ 48,1 bilhões, enquanto a diminuição no IOF crédito chegou a R\$ 15,7 bilhões.

Receitas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Mensal – 2019/2020– A preços de out/20 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2019/2020				
Discriminação	Outubro		Variação	
	2019	2020	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	140.076,5	153.573,4	13.497,0	9,6%
I.1 Receita Administrada pela RFB	83.740,6	96.113,4	12.372,8	14,8%
Imposto de Importação	4.402,3	4.407,7	5,4	0,1%
IPI	4.618,4	5.825,2	1.206,8	26,1%
Imposto de Renda	35.224,4	38.150,1	2.925,6	8,3%
IOF	3.456,2	991,2	-2.465,0	-71,3%
COFINS	20.828,7	27.234,8	6.406,1	30,8%
PIS/PASEP	5.508,9	7.612,1	2.103,2	38,2%
CSLL	9.298,7	9.367,0	68,3	0,7%
CIDE Combustíveis	253,5	229,3	-24,2	-9,5%
Outras	149,5	2.296,1	2.146,6	-
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	35.274,6	41.491,9	6.217,3	17,6%
Urbana	34.575,7	40.646,8	6.071,0	17,6%
Rural	698,9	845,1	146,2	20,9%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	21.061,2	15.968,1	-5.093,1	-24,2%
Concessões e Permissões	215,1	148,7	-66,5	-30,9%
Dividendos e Participações	2.443,9	180,2	-2.263,7	-92,6%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.070,9	1.398,2	327,3	30,6%
Exploração de Recursos Naturais	10.793,6	8.397,2	-2.396,4	-22,2%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.359,5	938,3	-421,2	-31,0%
Contribuição do Salário Educação	1.766,4	1.702,8	-63,5	-3,6%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	425,1	0,0	-425,1	-100,0%
Operações com Ativos	91,5	100,7	9,2	10,0%
Demais Receitas	2.895,3	3.102,1	206,8	7,1%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.859,4	20.460,4	1.601,0	8,5%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	121.217,1	133.113,0	11.896,0	9,8%

Em outubro de 2020, a **receita total** apresentou **elevação de R\$ 13,6 bilhões (+9,6%) em termos reais**, frente a outubro de 2019.

As principais variações são explicadas por:

- **Imposto de renda:** elevação no IRRF – rendimentos do trabalho
- **IOF:** instituição de alíquota zero para IOF crédito
- **Cofins e PIS/PASEP:** variação real positiva nos volumes de vendas e serviços e reversão dos diferimentos relativos ao mês de maio
- **Arrec. Líq. para o RGPS:** reversão dos diferimentos relativos ao mês de maio
- **Dividendos e participações:** redução dos pagamentos dos dividendos dos bancos
- **Exploração de Recursos Naturais:** efeito conjunto do preço internacional do petróleo, câmbio e produção

Receitas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2019/2020 – A preços de out/20 - IPCA – R\$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2019/2020					R\$ Milhões
Discriminação	Jan-Out		Variação		
	2019	2020	Diferença	% Real (IPCA)	
I. RECEITA TOTAL	1.333.660,3	1.184.228,6	-149.431,7	-11,2%	
I.1 Receita Administrada pela RFB	822.734,5	733.636,1	-89.098,3	-10,8%	
Imposto de Importação	37.764,8	36.558,7	-1.206,1	-3,2%	
IPI	45.567,7	43.765,1	-1.802,6	-4,0%	
Imposto sobre a Renda	344.182,2	316.306,8	-27.875,4	-8,1%	
IOF	34.684,0	19.108,0	-15.576,0	-44,9%	
COFINS	206.115,4	177.585,8	-28.529,6	-13,8%	
PIS/PASEP	56.354,7	50.361,3	-5.993,4	-10,6%	
CSLL	76.421,5	67.805,3	-8.616,3	-11,3%	
CIDE Combustíveis	2.433,3	1.925,6	-507,7	-20,9%	
Outras Administradas pela RFB	19.210,9	20.219,6	1.008,8	5,3%	
I.2 Incentivos Fiscais	-49,8	-140,5	-90,8	182,4%	
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	341.407,2	312.549,2	-28.858,0	-8,5%	
Urbana	334.369,3	305.698,2	-28.671,1	-8,6%	
Rural	7.037,9	6.850,9	-186,9	-2,7%	
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	169.568,5	138.183,8	-31.384,7	-18,5%	
Concessões e Permissões	8.698,2	7.498,4	-1.199,8	-13,8%	
Dividendos e Participações	15.598,6	5.283,3	-10.315,3	-66,1%	
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	11.206,7	13.453,9	2.247,1	20,1%	
Exploração de Recursos Naturais	61.550,5	50.297,9	-11.252,7	-18,3%	
Receitas Próprias e de Convênios	13.801,5	10.771,0	-3.030,5	-22,0%	
Contribuição do Salário Educação	18.438,7	16.917,6	-1.521,1	-8,2%	
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.857,9	32,3	-4.825,6	-99,3%	
Operações com Ativos	992,5	1.165,0	172,5	17,4%	
Demais Receitas	34.423,7	32.764,3	-1.659,4	-4,8%	
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	232.158,0	210.870,6	-21.287,4	-9,2%	
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.101.502,3	973.358,0	-128.144,4	-11,6%	

No acumulado até outubro de 2020, a **receita total** apresentou **redução de R\$ 149,4 bilhões (11,2%) em termos reais**, frente a mesmo período de 2019.

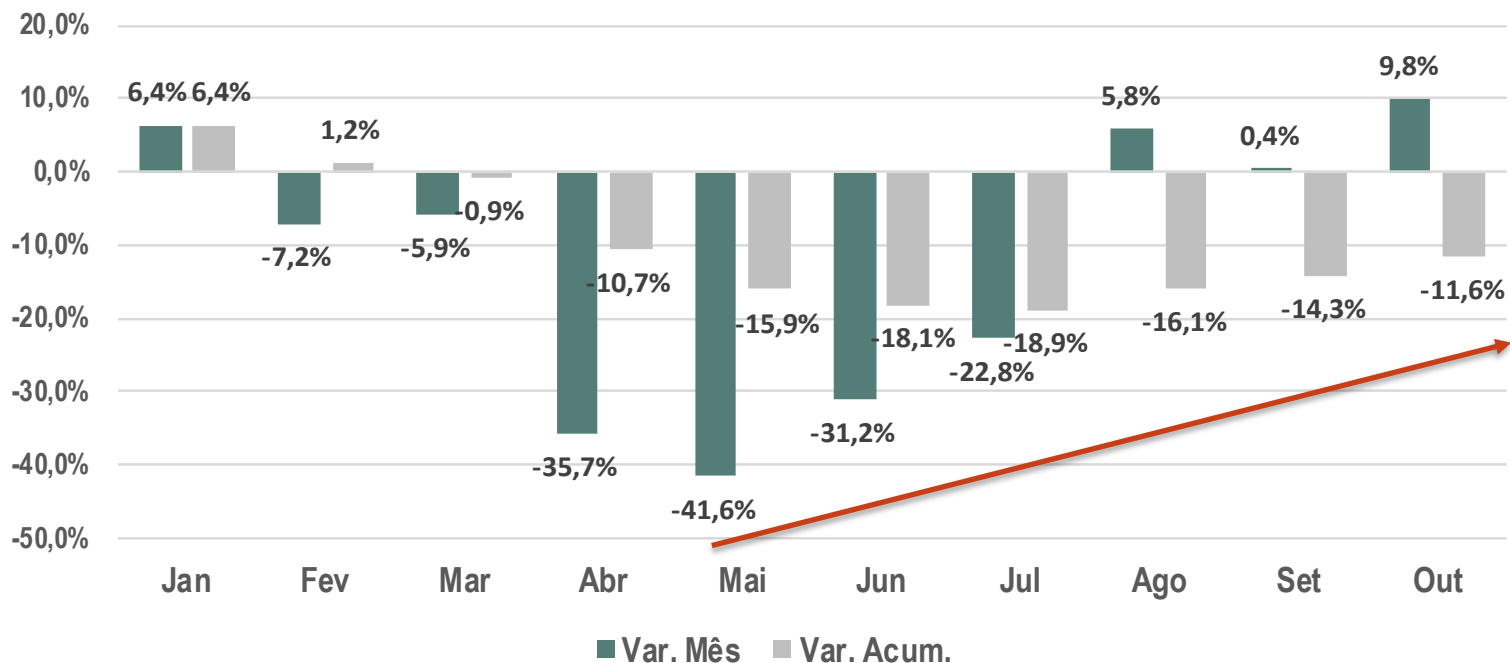
As principais variações são explicadas por:

- **Imposto de renda:** efeitos macro da pandemia COVID-19
- **IOF:** instituição de alíquota zero para IOF crédito
- **Cofins e PIS/PASEP:** variações reais negativas nos volumes de vendas e serviços e diferimentos em razão da pandemia
- **Arrec. Líq. para o RGPS:** redução da massa salarial e diferimentos em razão da pandemia
- **Dividendos e participações:** redução dos pagamentos dos dividendos dos bancos decorrente da pandemia COVID-19
- **Exploração de Recursos Naturais:** efeito conjunto do preço internacional do petróleo, câmbio e produção

Receita Líquida do Governo Central

Variação Real Mensal e Acumulada no Ano

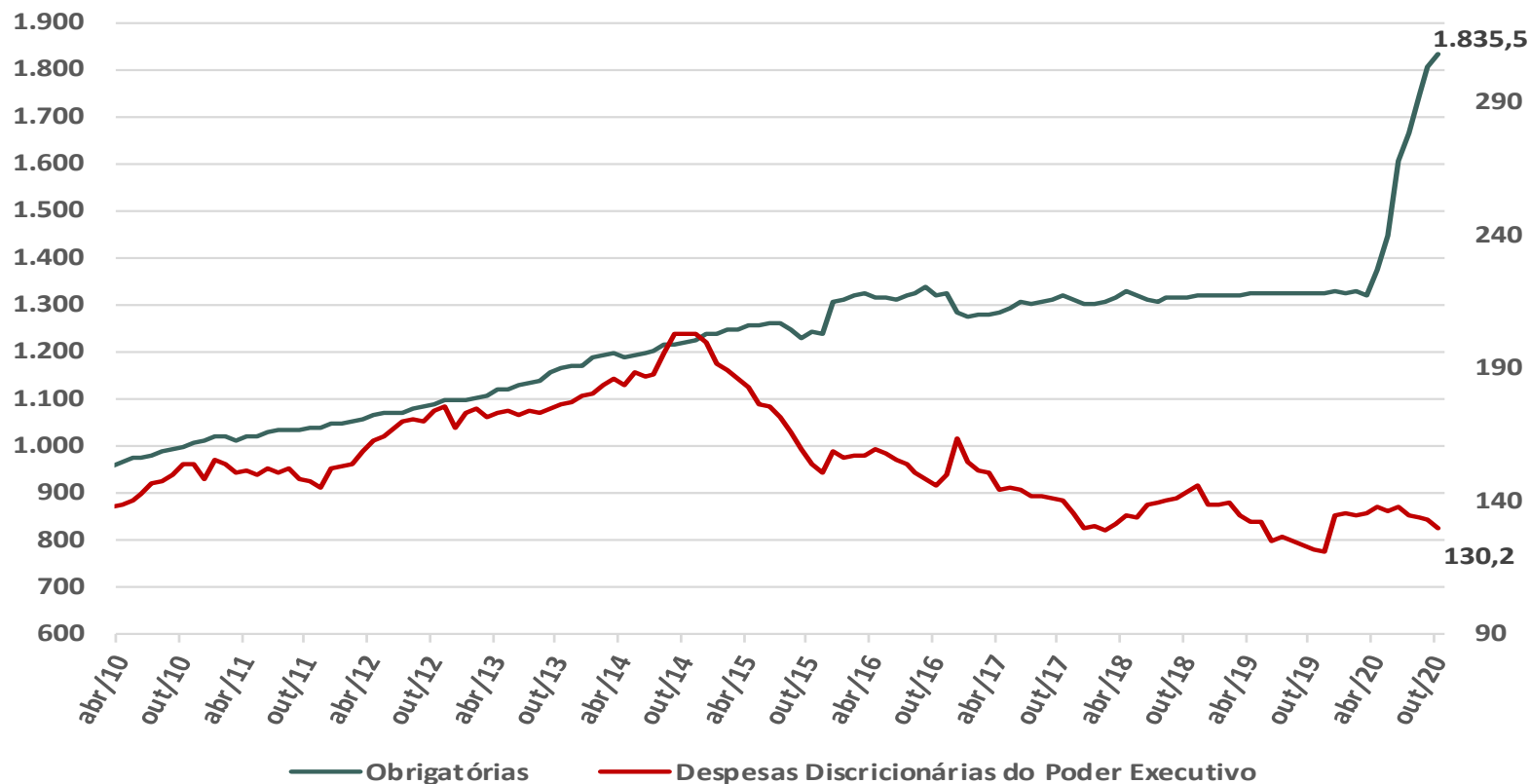
Brasil – 2019/2020– A preços de out/20 - IPCA



A redução na receita líquida, decorrente dos efeitos da crise COVID-19, começa a apresentar reversão a partir de junho, sendo o efeito acumulado de redução real de 11,6%.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central – Acumulado 12 meses
Brasil - 2010 a 2020: R\$ Bilhões – A preços de out/20 - IPCA*



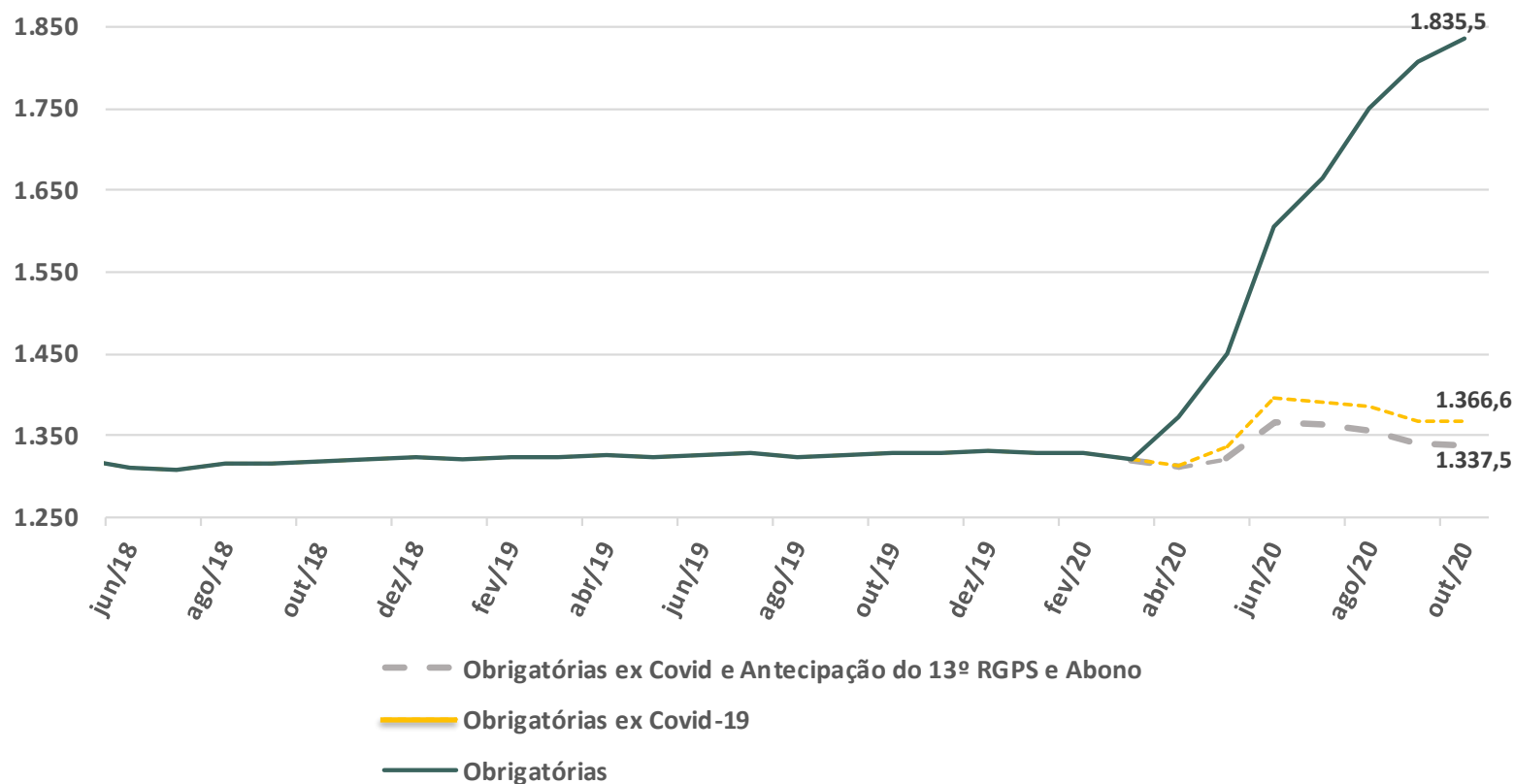
Importante destacar que as despesas referentes às políticas de combate à COVID-19 serão classificadas majoritariamente como obrigatórias. Essa classificação decorre do fato de que a execução de despesas via crédito extraordinário, mesmo que sejam discricionárias, acaba ganhando status de despesa obrigatória haja vista seu caráter emergencial.

Deve-se ressaltar que quase a totalidade dessas despesas, apesar de obrigatórias, não são de caráter continuado e devem permanecer circunscritas ao exercício de 2020.

* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em dezembro de 2010 e o pagamento a Petrobrás referente cessão onerosa de dezembro de 2020;

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central – Acumulado 12 meses
Brasil - 2018 a 2020: R\$ Bilhões – A preços de out/20 - IPCA

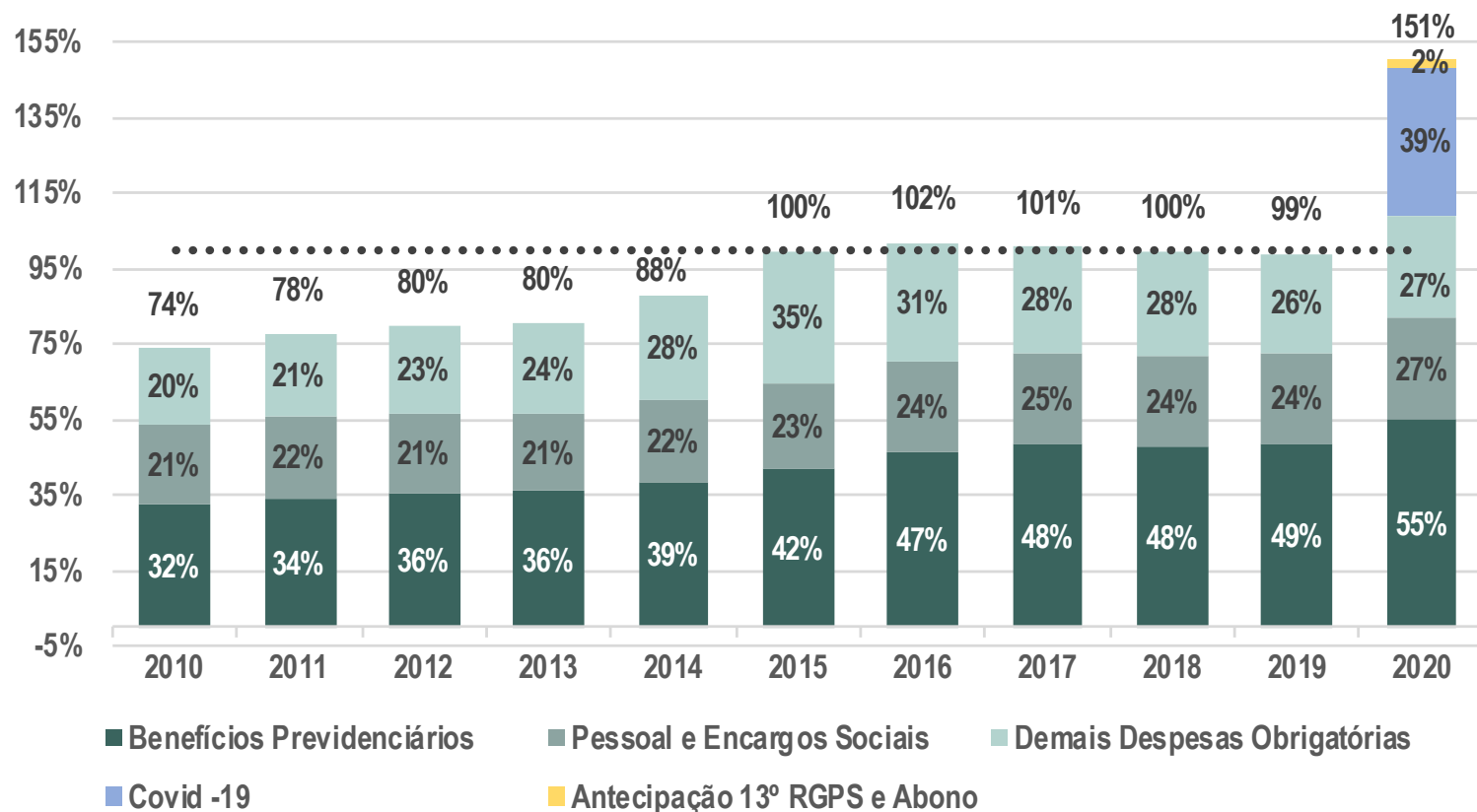


Excluídos os **R\$ 468,9 bilhões** de despesas em resposta à **crise COVID-19** e os **R\$ 29,1 bilhões** de antecipação no calendário de pagamentos dos 13º dos benefícios previdenciários e do abono salarial, as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses apresentariam trajetória estável.

A elevação das obrigatórias ex COVID-19 está associada à antecipação do 13º dos benefícios previdenciários e do abono salarial, cujo efeito deverá ser neutralizado até o final do exercício.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias* como proporção da Receita Líquida** – Brasil
2010 a 2019: Anual; 2020: Acumulado em 12 meses até outubro



Desde 2015, as despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida.

O crescimento dos percentuais de 2020 em relação aos anos anteriores se deve às despesas relativas à COVID-19, antecipação de 13º do RGPS e abono e à forte queda da arrecadação.

*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

** Exclui as receitas da cessão onerosa.

Despesas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2019/2020– A preços de out/20 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2019/2020				
Discriminação	Outubro		Variação	
	2019	2020	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	112.193,2	136.676,5	24.483,4	21,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	50.485,5	51.129,4	644,0	1,3%
Benefícios Previdenciários - Urbano	40.011,0	40.642,2	631,2	1,6%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	963,7	836,1	-127,7	-13,2%
Benefícios Previdenciários - Rural	10.474,5	10.487,2	12,7	0,1%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	253,8	216,9	-36,9	-14,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.694,6	24.565,5	-129,1	-0,5%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	190,0	335,2	145,2	76,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.028,7	41.876,2	27.847,6	198,5%
Abono e Seguro Desemprego	4.894,0	3.830,1	-1.063,9	-21,7%
Apoio Fin. EE/MM	0,0	3.616,7	3.616,7	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.212,5	5.225,3	12,8	0,2%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	425,1	0,0	-425,1	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	155,9	31.410,0	31.254,0	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	656,3	607,0	-49,3	-7,5%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	1.056,0	1.118,3	62,3	5,9%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	961,6	839,0	-122,5	-12,7%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	239,5	215,8	-23,7	-9,9%
Subsídios, Subvenções e Proagro	59,7	-5.406,2	-5.465,8	-
Impacto Primário do FIES	-103,2	2,8	106,1	-
Demais	471,4	417,3	-54,1	-11,5%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	22.984,4	19.105,4	-3.879,0	-16,9%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	12.630,6	11.679,3	-951,3	-7,5%
Discricionárias	10.353,8	7.426,0	-2.927,7	-28,3%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	26.836,5	57.228,7	30.392,1	113,2%
Outras Despesas de Custeio	23.161,7	49.517,0	26.355,4	113,8%
Outras Despesas de Capital	3.674,8	7.711,6	4.036,8	109,8%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em outubro de 2020 contra mesmo período de 2019, a **despesa total apresentou elevação de R\$ 24,5 bilhões (21,8%) em termos reais.**

No mês de outubro as despesas em resposta à **crise COVID-19 totalizaram R\$ 28,9 bilhões**, concentrados majoritariamente na rubrica de “Créditos Extraordinários” (ver slide seguinte).

Houve ainda R\$ 3,6 bilhões em Apoio Fin. a EE/MM e devolução de R\$ 6,1 bilhões de recursos destinados ao BNDES por meio do Programa de Concessões de Financiamento para Pagamento da Folha Salarial.

Despesas do Governo Central

relacionadas ao combate ao COVID-19^{1,2} apurados pelo critério de "valor pago"

Brasil – Anual – 2020 – valores nominais – R\$ Milhões

R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	fev - jun/2020	jul/20	ago/20	set/20	out/20	Total
DESPESAS PRIMÁRIAS	210.622,7	62.760,6	93.103,2	73.498,4	28.931,0	468.915,9
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais - Ativo civil	8,9	20,7	40,8	31,1	10,1	111,7
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	8,6	20,7	40,8	31,1	10,1	111,3
II.3.3 - Apoio Fin. Municípios / Estados	21.643,8	18.295,0	15.234,6	19.333,5	3.616,7	78.123,7
Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF	21.643,8	18.295,0	15.234,6	19.333,5	3.616,7	78.123,7
II.3.08 - Créditos Extraordinários (exceto PAC)	171.055,2	57.518,0	64.719,1	49.081,3	31.398,5	373.772,1
Ampliação do Programa Bolsa Família	369,3	0,0	0,0	0,0	0,0	369,3
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	121.540,2	45.875,2	45.338,7	24.182,2	21.044,9	257.981,2
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	13.944,4	4.291,7	4.093,4	3.320,1	3.101,1	28.750,7
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	14.301,4	7.351,1	10.287,0	4.579,0	2.252,5	38.771,0
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	20.900,0	-	5.000,0	17.000,0	5.000,0	47.900,0
II.3.19.27 - Demais Subsídios e Subvenções	17.000,0	-13.090,0	13.090,0	5.000,0	-6.116,2	15.883,8
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial	17.000,0	-13.090,0	13.090,0	0,0	-6.116,2	10.883,8
Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Maquininhas	0,0	0,0	0,0	5.000,0	0,0	5.000,0
II.3.21 - Transferências Multas ANEEL	900,0	0,0	0,0	0,0	0,0	900,0
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	900,0	0,0	0,0	0,0	0,0	900,0
II.4.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Benefícios a servidores públ	0,3	4,4	1,2	36,4	3,3	45,6
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	0,3	4,4	1,2	36,4	3,3	45,6
II.4.2 - Discricionárias	14,4	12,5	17,4	16,1	18,6	79,1
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	14,4	12,5	17,4	16,1	18,6	79,1
DESPESAS FINANCEIRAS	379,1	9,4	30,0	156,0	195,9	770,4
DESPESAS TOTAIS "COVID-19"	211.001,8	62.770,0	93.133,2	73.654,4	29.126,9	469.686,2

Em outubro de 2020, as despesas primárias em resposta à **crise COVID-19** totalizaram R\$ 28,9 bilhões.

As principais despesas foram (i) auxílio emergencial aos Estados, Municípios e DF (ii) auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade e (iii) cotas dos fundos garantidores de operações de crédito.

Houve ainda devolução de R\$ 6,1 bilhões de recursos destinados ao BNDES por meio do Programa de Concessões de Financiamento para Pagamento da Folha Salarial.

No acumulado até outubro, as despesas primárias em resposta à **crise COVID-19** totalizaram R\$ 468,9 bilhões.

1. Antecipações de despesas como o 13º relativo aos benefícios previdenciários, por exemplo, não estão incluídos nessa apuração.
2. Para detalhamento ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> e https://www1.siop.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2019/2020 – A preços de out/20 – IPCA – R\$ Milhões

R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2019/2020				
Discriminação	Jan-Out		Variação	
	2019	2020	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	1.167.841,5	1.666.882,9	499.041,4	42,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários	529.477,3	569.645,2	40.167,9	7,6%
Benefícios Previdenciários - Urbano	419.447,0	455.240,2	35.793,2	8,5%
Benefícios Previdenciários - Rural	110.030,2	114.405,0	4.374,8	4,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	262.636,4	262.090,1	-546,3	-0,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	171.845,6	648.831,4	476.985,8	277,6%
Abono e Seguro Desemprego	48.730,5	52.760,0	4.029,5	8,3%
Apoio Fin. EE/MM	0,0	79.298,4	79.298,4	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	51.899,6	53.005,3	1.105,7	2,1%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.857,9	32,3	-4.825,6	-99,3%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	3.206,6	380.280,9	377.074,3	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	9.229,7	8.223,3	-1.006,4	-10,9%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	13.518,9	13.803,9	285,0	2,1%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	9.245,9	8.327,5	-918,4	-9,9%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	15.589,4	22.611,3	7.021,9	45,0%
Subsídios, Subvenções e Proagro	10.600,2	23.902,1	13.301,9	125,5%
Impacto Primário do FIES	1.176,9	-310,3	-1.487,2	-
Demais	3.790,1	6.896,6	3.106,5	82,0%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	203.882,2	186.316,2	-17.566,0	-8,6%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	119.035,3	105.899,5	-13.135,8	-11,0%
Discricionárias	84.846,9	80.416,4	-4.430,5	-5,2%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	262.589,2	702.946,9	440.357,7	167,7%
Outras Despesas de Custeio	230.323,9	622.630,7	392.306,8	170,3%
Outras Despesas de Capital	32.265,3	80.316,2	48.050,9	148,9%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

No acumulado até outubro de 2020 contra mesmo período de 2019, **a despesa total cresceu R\$ 499,0 bilhões (42,7%) em termos reais.**

Nesse período as despesas primárias em resposta à **crise COVID-19 totalizaram R\$ 468,9 bilhões.**

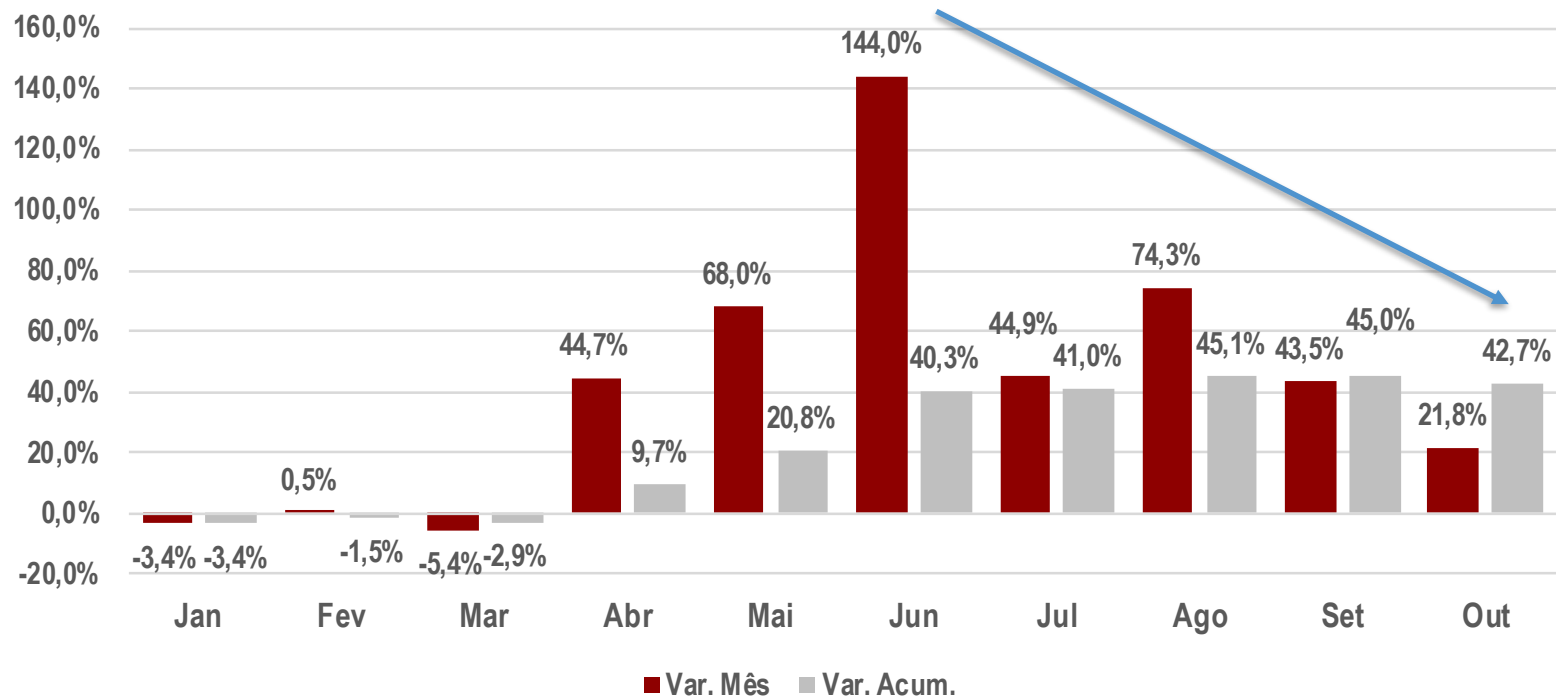
A elevação nos gastos com benefícios previdenciários está associada às antecipações de 13º dos benefícios previdenciários.

A redução nas despesas obrigatórias com controle de fluxo se deve à redução nos pagamentos dos benefícios do bolsa família (substituição temporária pelo auxílio emergencial).

Despesas do Governo Central

Variação Real Mensal e Acumulada no Ano

Brasil – 2019/2020– A preços de out/20 - IPCA



A elevação na despesa, decorrente dos efeitos da crise COVID-19, teve seu ápice em junho, sendo o efeito acumulado em outubro de crescimento real de 42,7%.

Execução Financeira do Governo Central

Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – Posição outubro/2020

R\$ Milhões – Valores Correntes

Discriminação	Limites de Pagamento	Pagamentos Realizados	Empoçamento
Ministério da Cidadania	26,9	15,9	11,0
Ministério da Educação	27,3	21,7	5,6
Ministério da Saúde	91,1	85,7	5,3
Ministério da Economia	11,0	8,6	2,4
Ministério da Defesa	17,2	14,9	2,3
Ministério do Desenvolvimento Regional	8,2	6,2	2,1
Demais	38,7	32,8	5,9
Total	220,4	185,7	34,7

Em outubro de 2020 o **empoçamento** totalizou **R\$ 34,7 bilhões** (15,7% do limite de pagamento), implicando aumento de R\$ 907,7 milhões em relação ao mês anterior.

A rigidez alocativa explica grande parte do empoçamento.

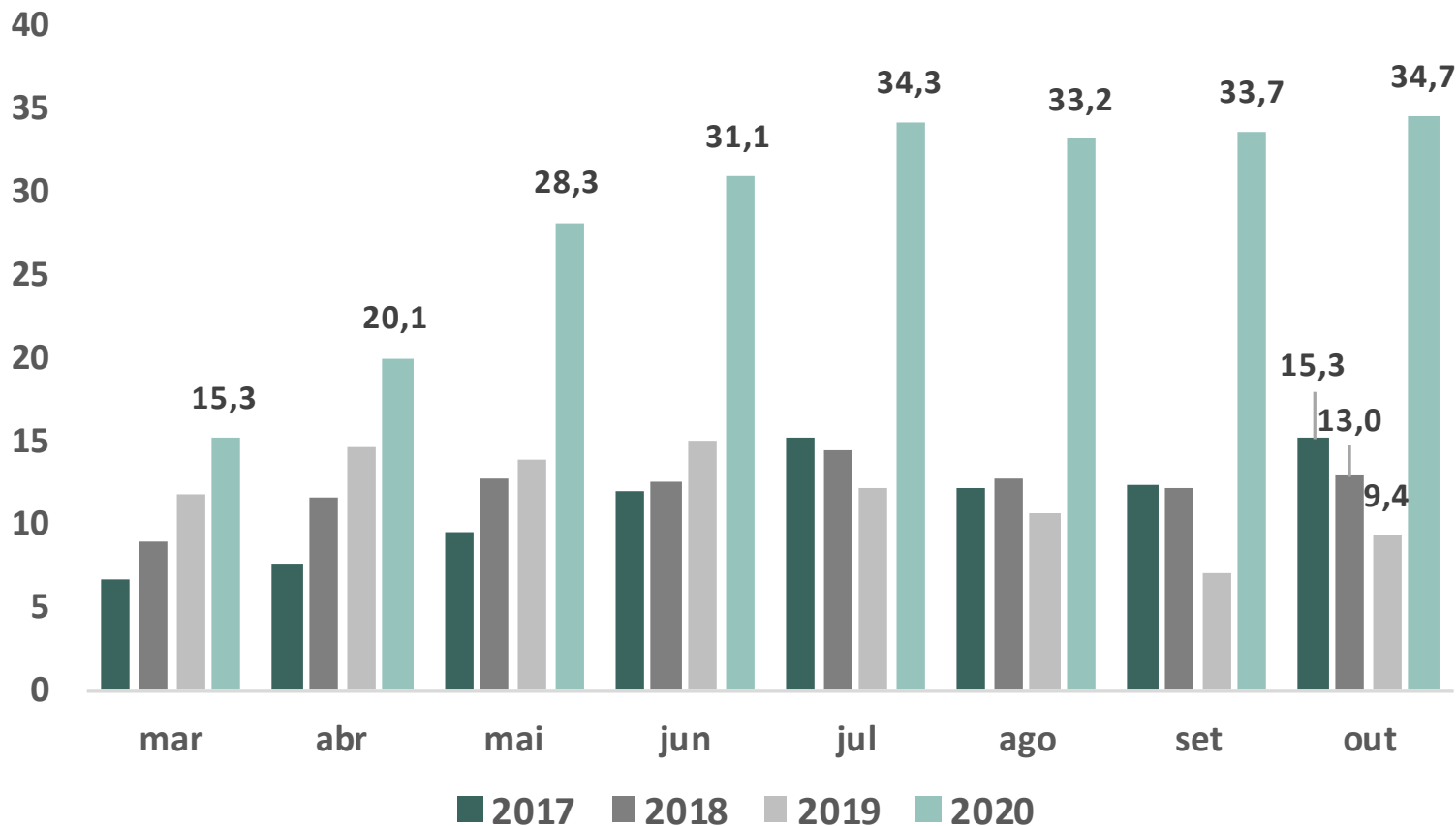
Mínimos constitucionais (saúde, educação), vinculações e outras despesas obrigatórias (emendas impositivas) exemplificam a rigidez alocativa.

Execução Financeira do Governo Central

Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – Posição outubro/2020

R\$ Milhões – Valores Correntes



Em outubro de 2020, o empoçamento totalizou R\$ 34,7 bilhões, contra R\$ 33,7 bilhões em agosto.

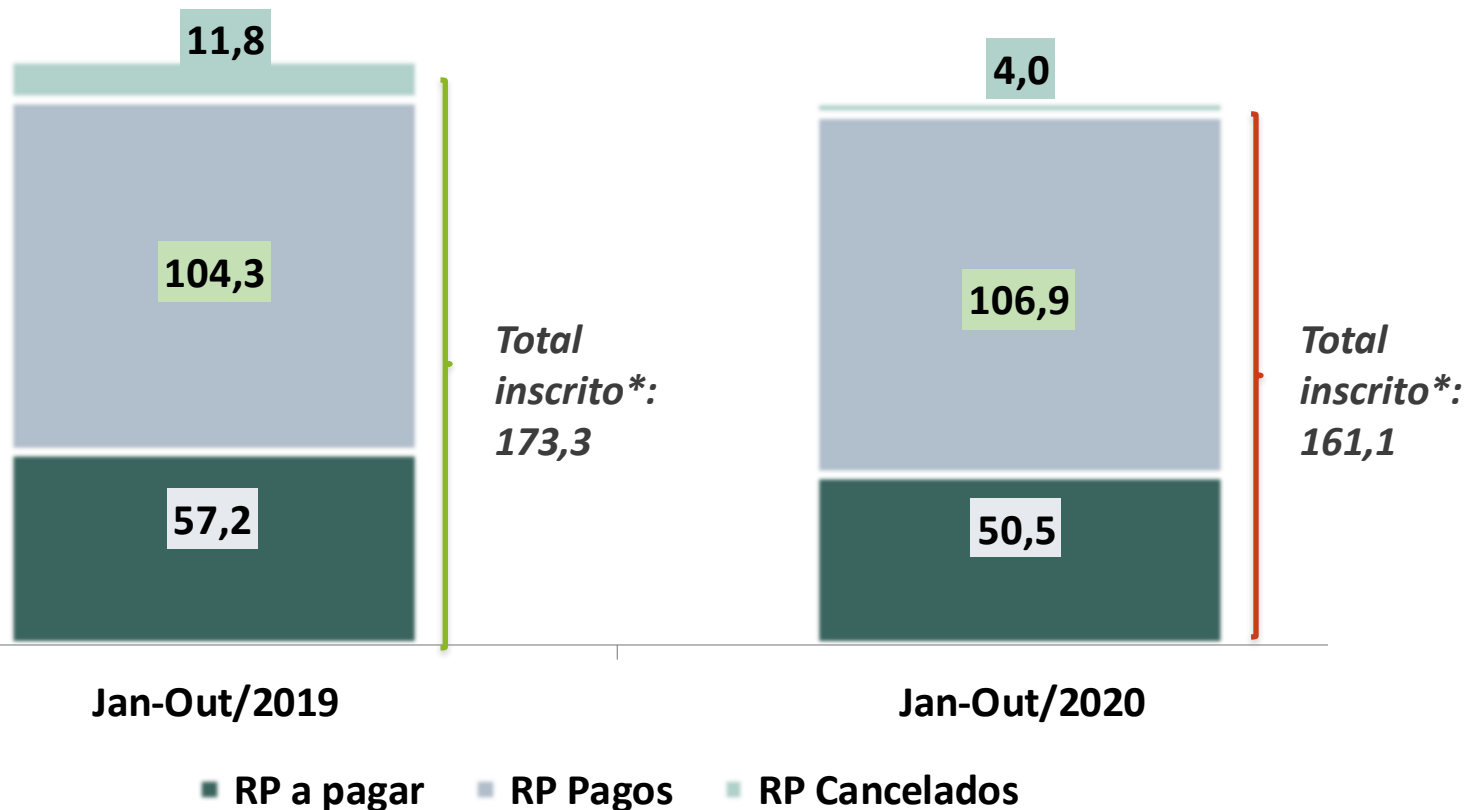
O empoçamento em outubro de 2020 foi superior ao de outubro de 2019 (R\$ 9,4 bi), de 2018 (R\$ 13,0 bi) e de 2017 (R\$ 15,3 bi).

A diferença de nível entre o empoçamento de 2020 e os anos anteriores pode ser explicada pela execução a menor do Bolsa Família e pela nova sistemática de execução de emendas do relator.

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2019/2020 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) inscritos em 2020 correspondeu a **R\$ 161,1 bilhões**, contra **R\$ 173,3 bilhões** no ano anterior.

Em **dezembro de 2019** houve cancelamento de **R\$ 11,7 bilhões** (Decreto nº 9.428/2018).

- Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2020/114>

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2019/2020 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total em 2019

✓ R\$ 1.373.170.488.224,91

Limite Para 2020

⚠ R\$ 1.454.946.093.279,51

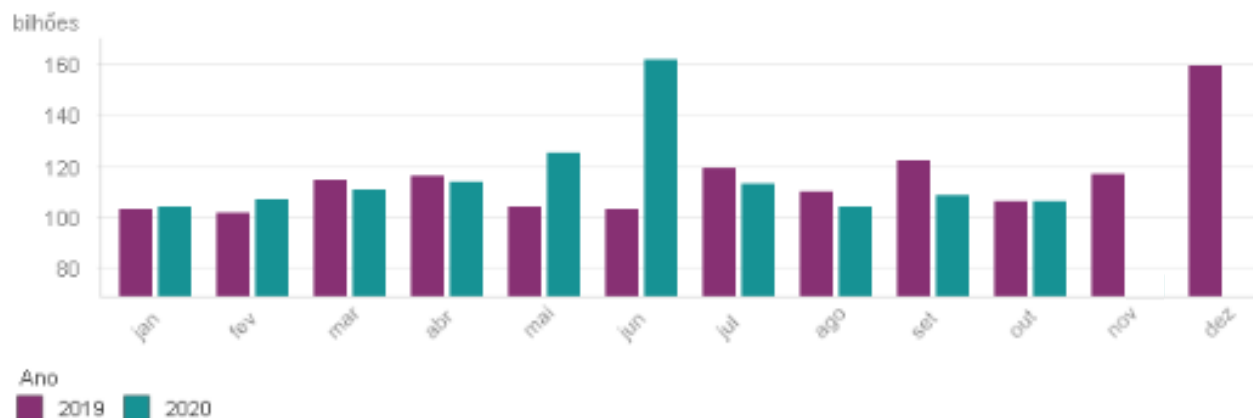
Pagamento acumulado em 2020

✓ R\$ 1.151.536.250.868,77

% do teto atingido



Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)



Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2020	PLOA 2020 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	1.151.536	1.454.946	79,1%
II.1 Poder Executivo	1.103.305	1.391.955	79,3%
II.2 Poder Legislativo	9.315	12.570	74,1%
II.2.1 Câmara dos Deputados	4.343	6.038	71,9%
II.2.2 Senado Federal	3.395	4.444	76,4%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.577	2.088	75,5%
II.3 Poder Judiciário**	33.362	43.267	77,1%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	491	646	76,0%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.138	1.518	75,0%
II.3.3 Justiça Federal	8.519	11.197	76,1%
II.3.4 Justiça Militar da União	416	546	76,3%
II.3.5 Justiça Eleitoral	5.588	7.378	75,7%
II.3.6 Justiça do Trabalho	14.949	19.088	78,3%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.113	2.697	78,3%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	148	197	75,3%
II.4. Defensoria Pública da União	401	548	73,1%
II.5 Ministério Público da União	5.153	6.606	78,0%
II.5.1 Ministério Público da União*	5.095	6.522	78,1%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	58	84	69,0%

* Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020 e o acréscimo de R\$ 121,0 milhões ao limite estabelecido pelo PLOA conforme decisão cautelar do Acórdão nº 3072/2020 TCU.

** Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2019/2020 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Jan-Out		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2019 (a)	2020 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	1.096.931	1.151.536	5,0%	6,0%
II.1 Poder Executivo	1.047.747	1.103.305	5,3%	6,2%
II.2 Poder Legislativo	9.477	9.315	-1,7%	6,1%
II.2.1 Câmara dos Deputados	4.462	4.343	-2,7%	7,1%
II.2.2 Senado Federal	3.414	3.395	-0,5%	5,7%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.601	1.577	-1,5%	4,1%
II.3 Poder Judiciário**	34.153	33.362	-2,3%	-1,2%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	537	491	-8,6%	-6,9%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.131	1.138	0,6%	6,7%
II.3.3 Justiça Federal	8.808	8.519	-3,3%	-0,4%
II.3.4 Justiça Militar da União	415	416	0,2%	2,2%
II.3.5 Justiça Eleitoral	5.695	5.588	-1,9%	2,0%
II.3.6 Justiça do Trabalho	15.345	14.949	-2,6%	-3,7%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.098	2.113	0,7%	1,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	123	148	20,5%	1,5%
II.4. Defensoria Pública da União	421	401	-4,9%	3,5%
II.5 Ministério Público da União	5.134	5.153	0,4%	1,9%
II.5.1 Ministério Público da União*	5.067	5.095	0,6%	2,0%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	67	58	-13,7%	-3,9%

* Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020 e o acréscimo de R\$ 121,0 milhões ao limite estabelecido pelo PLOA conforme decisão cautelar do Acórdão nº 3072/2020 TCU.

** Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2020, na comparação com a despesa paga em 2019, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

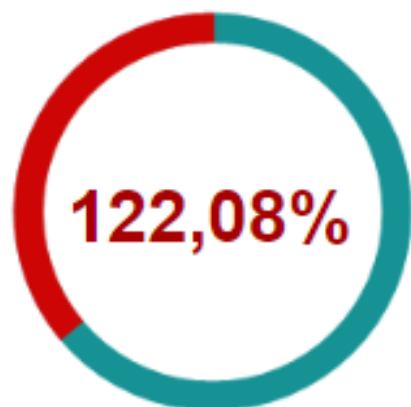
Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2019 para 2020 sem que se ultrapasse o teto (base de 2016 atualizada pela inflação).

Regra de Ouro*

Art. 167 da Constituição Federal

 Selecione o mês
de referência

out/20

 % da despesa coberta com
receita considerada

 Margem de suficiência
dos últimos 12 meses
(em bilhões)

R\$ -269,13

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
Despesas de Capital	130,68	1.135,12	1.218,65
Receita Considerada	177,14	1.311,16	1.487,78
Receitas de Operações de Crédito	234,01	1.293,23	1.453,86
(-) Variação do colchão da dívida	56,87	-17,93	-33,91
Resultado	-46,46	-176,03	-269,13

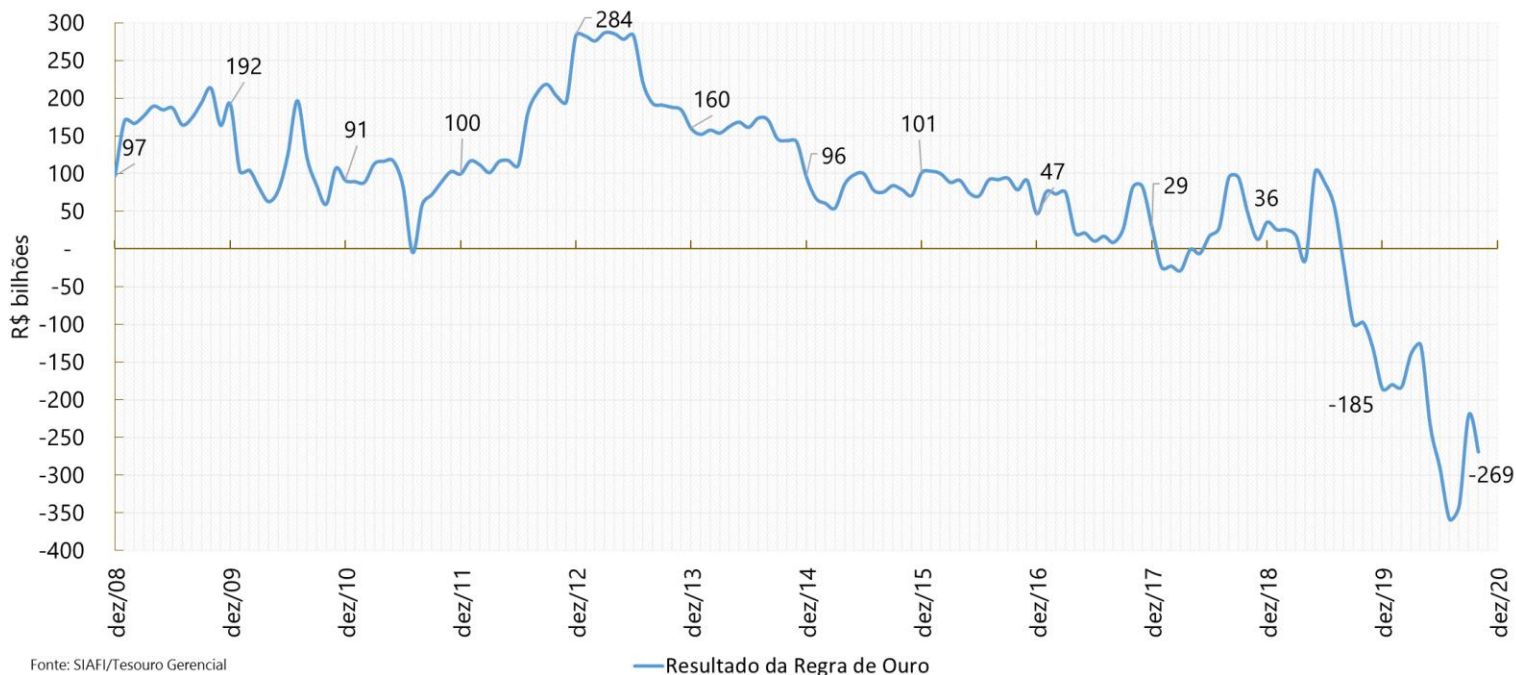
*Em virtude da Emenda Constitucional n 106 (Orçamento de Guerra), o cumprimento da Regra de Ouro está dispensado durante o exercício financeiro de 2020.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2020: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro



No acumulado em 12 meses até outubro/2020, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em **R\$ 269,13 bilhões**.

O **cumprimento da Regra de Ouro** é verificado em **bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Em virtude da Emenda Constitucional n 106 (Orçamento de Guerra), o **cumprimento da Regra de Ouro** está dispensado durante o exercício financeiro de 2020.

Relatório de Riscos Fiscais da União 2020

Publicado em Novembro/2020

Riscos Fiscais:

- Possibilidades de ocorrências de eventos capazes de afetar as contas públicas.
- Comprometem o alcance dos resultados fiscais estabelecidos como metas e objetivos.
- Não são controlados ou evitados pelo governo.

A 2ª edição do Relatório de Riscos Fiscais da União apresenta a situação dos riscos fiscais aos quais o Governo Federal está exposto, atuando em complemento ao Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.



Relatório de Riscos Fiscais da União 2020

Classificação e fontes dos riscos fiscais

Riscos Macroeconômicos	Riscos Específicos						
Receitas	Passivos Contingentes						
Despesas	• Demandas judiciais • Passivos em fase de reconhecimento • Garantias (Operações de crédito, Fundos privados com participação da União, FGE) • Fundos Constitucionais de Financiamento						
Dívida	Ativos						
Variáveis fiscais são impactadas em função de desvios das previsões macrofiscais em função de mudanças em parâmetros macroeconômicos	• Dívida Ativa da União • Créditos do Banco Central do Brasil • Haveres Financeiros						
<table border="1"> <tr> <td>PIB</td><td>Inflação (IPCA e INPC)</td></tr> <tr> <td>Câmbio</td><td>Juros</td></tr> <tr> <td>Preço das Commodities</td><td>Massa Salarial (Salário Mínimo)</td></tr> </table>	PIB	Inflação (IPCA e INPC)	Câmbio	Juros	Preço das Commodities	Massa Salarial (Salário Mínimo)	Outros
PIB	Inflação (IPCA e INPC)						
Câmbio	Juros						
Preço das Commodities	Massa Salarial (Salário Mínimo)						
	• Entes • Empresas Estatais • Concessões/PPPs • FIES • Desastres • Mudanças Demográficas • Combate à COVID-19						

O Relatório está estruturado em três seções, além do Sumário Executivo e da Introdução. A seção 1 explora aspectos conceituais da gestão de riscos fiscais, enquanto na seção 2 os Riscos Fiscais Macroeconômicos estão divididos pelos seus impactos em Receitas, Despesas e sobre a Dívida Pública. Na seção 3, por sua vez, são abordados os riscos fiscais específicos.

Relatório de Riscos Fiscais da União 2020

Riscos macroeconômicos

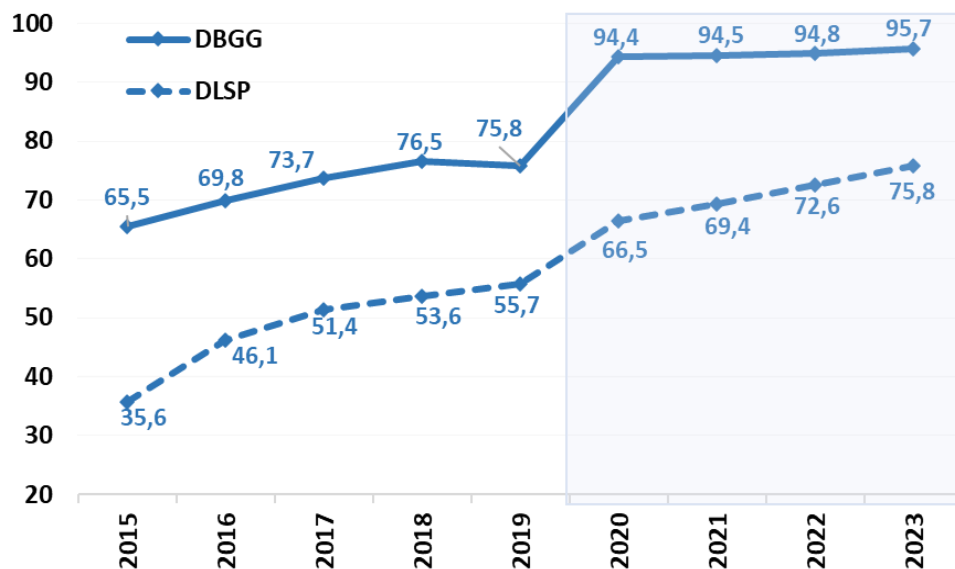
A crise sanitária do novo coronavírus em 2020:

- Superou os cenários mais adversos da edição de 2019 do Relatório de Riscos Fiscais; e
- Impactou fortemente o resultado fiscal e a trajetória da dívida pública.

Projeções da Dívida Bruta do Governo Geral

Dados em: % PIB

Fonte: Realizado, BCB. Projeções: STN/Fazenda/ME.



A resposta do setor público resultou em uma elevação expressiva da despesa pública e em renúncia de receitas. Entre as medidas adotadas destacam-se o auxílio financeiro emergencial para pessoas em condições de vulnerabilidade, o auxílio financeiro para Estados e Municípios e a redução temporária a zero da alíquota do IOF para operações de crédito.

Relatório de Riscos Fiscais da União 2020

Riscos macroeconômicos – Receitas e despesas

- Aproximadamente 88% da receita primária está sujeita à volatilidade das variáveis macroeconômicas.
- A volatilidade da despesa primária está ligada, principalmente, às variações do salário mínimo e do INPC (benefícios previdenciários e assistenciais).

Impacto da Variação de 1 p.p. nas Variáveis Macroeconômicas (Em R\$ milhões)

Itens de receitas	Variáveis				
	PIB	Inflação (IER)	Câmbio	Massa Salarial	Juros (Over)
Receitas Administradas pela RFB	6.435	5.948	1.073	780	195
Receitas Previdenciárias	585	585	-	3.591	-
Total	7.020	6.532	1.073	4.371	195

Em R\$ milhões

Despesa Primária	Aumento de R\$ 1,00 no Salário Mínimo	Aumento de 0,1 p.p. no INPC		
	Benefícios de 1 Salário Mínimo	Benefícios de 1 Salário Mínimo	Benefícios acima de 1 Salário Mínimo	Total
I. Arrecadação do RGPS	38,6	40,3	7,2	47,5
II. Benefícios Previdenciários	253,8	265,2	397,3	662,5
III. Déficit do RGPS (II – I)	215,2	224,9	390,2	615,0
IV. Benefícios Assistenciais	58,1	60,7	-	60,7
V. FAT	31,7	33,1	12,0	45,1
Total (III + IV + V)	304,9	318,7	402,2	720,8

A variação dos parâmetros macroeconômicos em relação às projeções incluídas nas peças orçamentárias constitui a fonte mais comum de riscos fiscais. Em 2020, o impacto decorrente dessa variação sobre a programação financeira e sobre a trajetória de resultado primário de médio prazo do Governo Central foi significativo.

Relatório de Riscos Fiscais da União 2020

Riscos macroeconômicos – Dívida

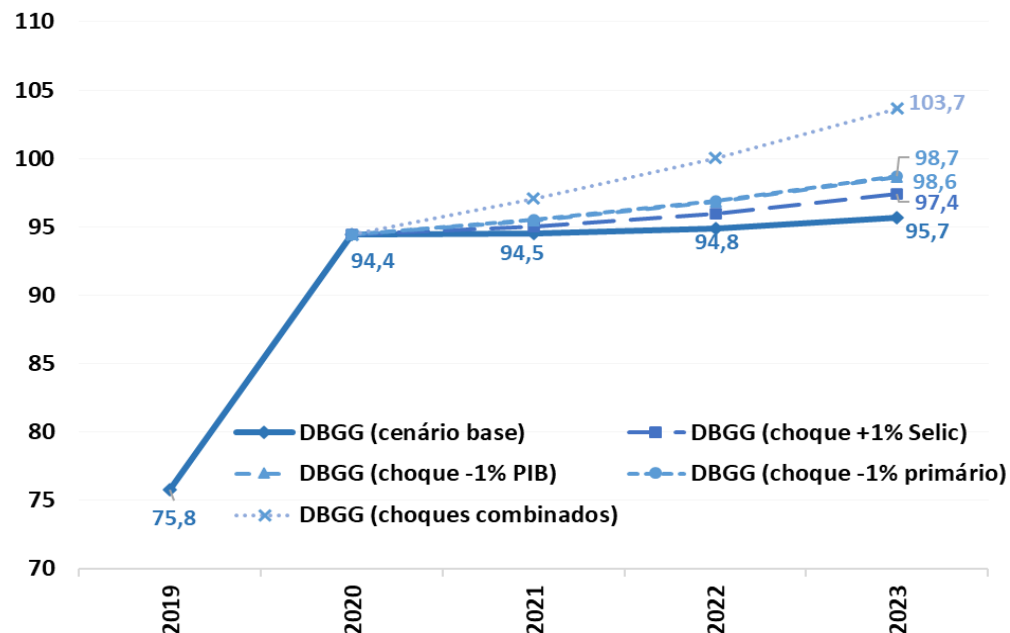
- A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) apresenta grande sensibilidade à taxa de juros, ao PIB real e ao resultado primário.
- Aumento de 1 p.p. na taxa Selic leva a um aumento de 1,7 p.p. na DBGG/PIB em 2023.
- Reduções de 1 p.p. no PIB real ou no resultado primário levam a um aumento de, aproximadamente, 3 p.p. na DBGG/PIB em 2023 em cada caso.

Ainda que o cenário base para o endividamento aponte para um ligeiro aumento no médio prazo, choques adversos sobre a taxa Selic, o PIB real e o resultado primário podem piorar essa trajetória. Em um cenário no qual os choques adversos sobre juros, PIB real e resultado primário são combinados, a elevação da DBGG pode chegar a 8 p.p. em 2023.

Análise de sensibilidade da dívida pública – DBGG

Dados em: % do PIB

Fonte: Realizado, BCB. Projeções: STN/Fazenda/ME



Relatório de Riscos Fiscais da União 2020

Riscos Específicos

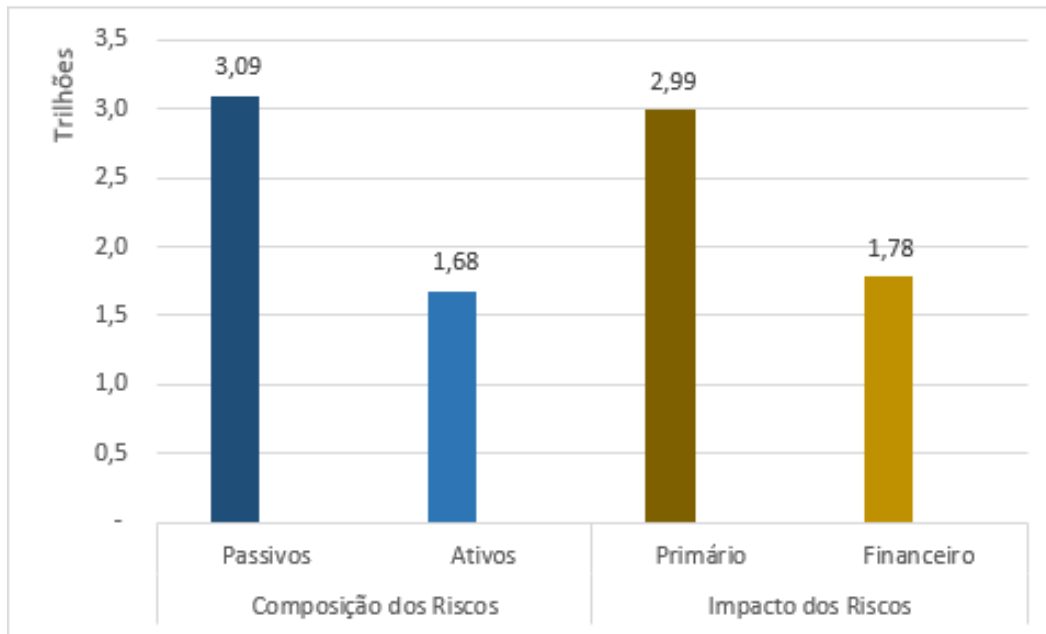
Exposição da União aos riscos fiscais específicos:

- R\$ 4,8 trilhões em junho de 2020;
- Aumento de R\$ 560 bilhões em relação ao registrado ao final de 2019;
- Diferentes probabilidades de ocorrência;
- 65% associada a passivos; e
- 63% associada a potencial impacto primário.

Composição e Impacto dos Riscos Fiscais

Dados em: R\$ trilhões

Fonte: STN/ME



Os riscos fiscais podem se materializar tanto pelo não recebimento de receitas associadas a ativos quanto pela elevação de despesas não previstas associadas aos passivos da União. A depender da natureza do risco, o impacto pode sensibilizar o resultado primário.

Relatório de Riscos Fiscais da União 2020

Riscos Específicos

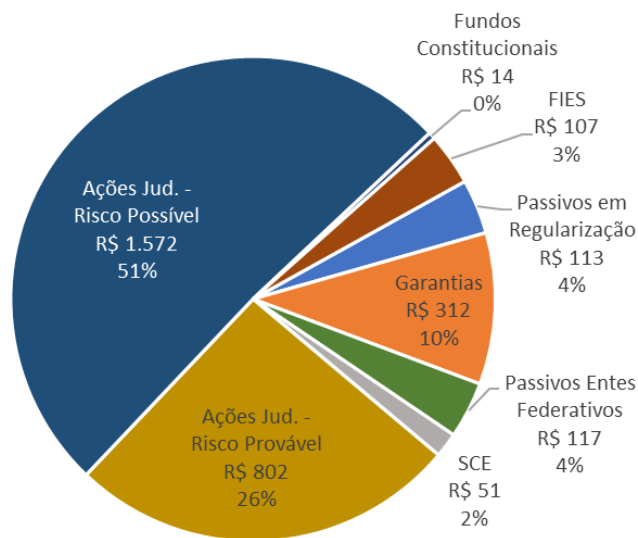
Riscos específicos em 2020:

- Relacionados aos passivos – R\$ 3,1 trilhões.
- Relacionados aos ativos – R\$ 1,7 trilhão.

Fatores de Riscos Fiscais Específicos relacionados aos Passivos

Dados em: R\$ bilhões

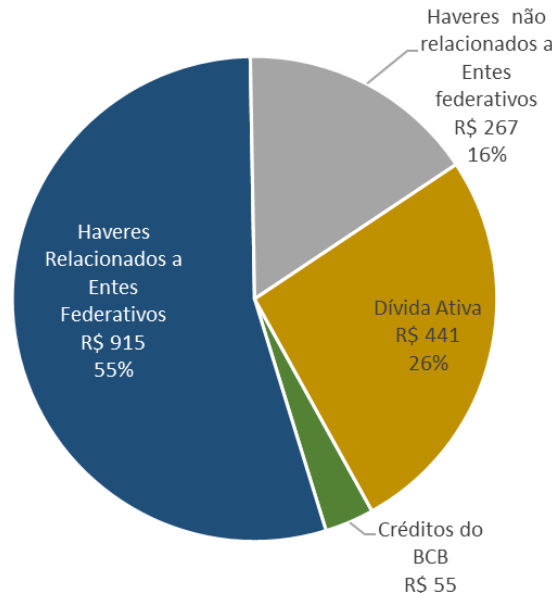
Fonte: AGU, STN, SIAFI



Fatores de Riscos Fiscais Específicos relacionados aos Ativos

Dados em: R\$ bilhões

Fonte: AGU, STN, SIAFI



O valor do estoque de ações judiciais contra a União aumentou 324% de 2014 a 2020, sendo 34% com perda provável e 66% com perda possível.

Relatório de Riscos Fiscais da União 2020

Riscos Específicos associados a Passivos

Os valores mais expressivos de ações contra a União são de natureza tributária (inclusive previdenciária):

- Crescimento acentuado a partir de 2015, chegando a R\$ 1,9 trilhão.

Elevação da concretização desta natureza de risco:

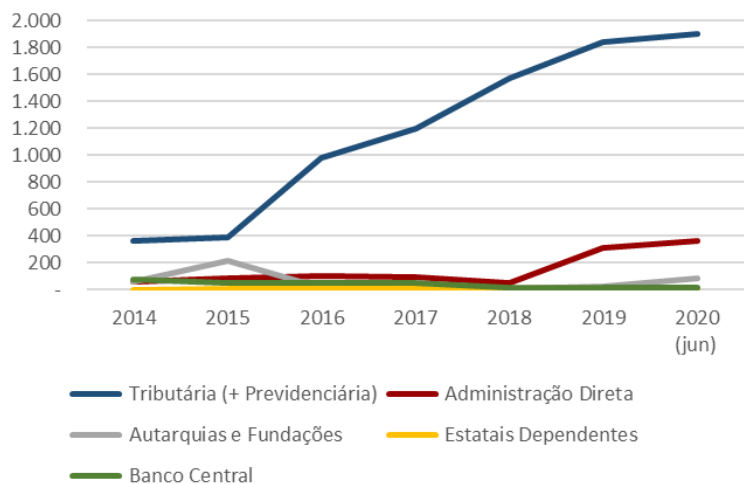
- Pagamentos referentes às ações judiciais em 2014 – R\$ 19,8 bilhões.
- Projeção para 2021 – R\$ 55 bilhões (PLOA 2021).

Das ações de natureza tributária, 74% dizem respeito a lides relativas a PIS/COFINS, 11% a questões previdenciárias e assistenciais, enquanto 15% referem-se a questões tributárias diversas.

Demandas Judiciais contra a União por Tipo de Ação

Dados em: R\$ bilhões

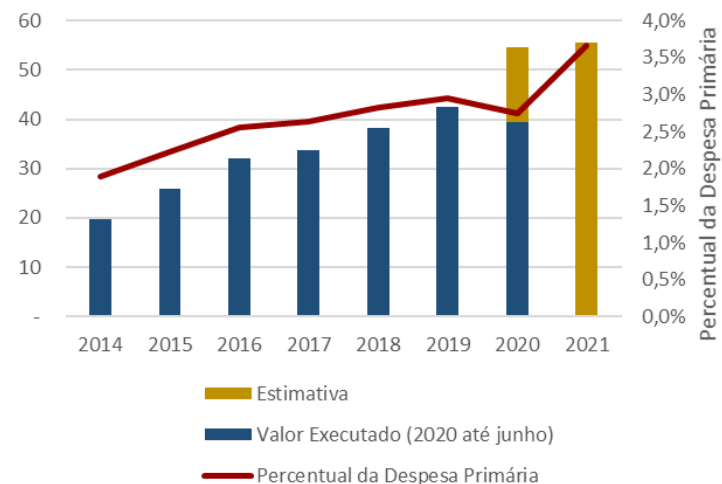
Fonte: AGU



Evolução da Despesa com Ações Judiciais

Dados em: R\$ bilhões

Fonte: STN/ME e PLOA 2021



#NossoTesouro

Meu. Seu. De todos os brasileiros.



Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores Correntes

			Valores Correntes			
	Mês	Primário	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
4º	out/10	7.717,7	out/08	95.851,9	out/11	100.841,8
16º	out/02	3.797,3	out/11	85.778,0	out/08	92.303,6
2º	out/08	14.867,3	out/10	62.827,3	out/10	75.410,9
11º	out/11	11.406,1	out/12	62.058,0	out/12	68.171,0
7º	out/04	4.741,9	out/07	61.198,7	out/13	52.342,2
12º	out/03	4.327,5	out/05	55.404,3	out/05	54.385,5
10º	out/99	505,9	out/06	54.875,3	out/07	55.071,5
5º	out/05	5.853,2	out/04	50.360,2	out/06	52.144,2
9º	out/00	1.025,2	out/03	42.676,1	out/04	46.764,2
13º	out/01	2.381,0	out/02	33.748,5	out/03	40.504,8
15º	out/12	9.420,6	out/13	29.412,2	out/02	29.690,6
1º	out/06	6.850,4	out/01	25.795,0	out/14	25.502,8
6º	out/07	9.878,0	out/99	21.334,3	out/01	25.099,7
14º	out/97	-769,3	out/00	21.677,5	out/99	22.333,5
3º	out/98	-1.467,5	out/09	26.852,9	out/00	20.507,6
18º	out/15	-13.189,8	out/98	6.577,8	out/09	2.439,4
8º	out/09	11.234,9	out/97	3.126,0	out/98	5.252,5
17º	out/13	4.928,4	out/14	-17.244,1	out/15	-43.992,3
21º	out/19	8.683,7	out/15	-37.754,0	out/18	-92.024,3
20º	out/14	3.021,4	out/19	-63.853,7	out/19	-111.819,2
19º	out/17	5.073,3	out/18	-72.255,8	out/17	-205.406,5
22º	out/18	9.508,7	out/16	-60.362,1	out/16	-143.110,3
23º	out/16	40.872,1	out/17	-104.493,0	out/20	-712.236,6
24º	out/20	-3.563,5	out/20	-681.025,6		

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores de out/20

R\$ Milhões - Valores de Out/20 - IPCA						
	Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	out/10	13.324,8	out/08	185.557,4	out/08	178.559,9
2º	out/02	10.648,4	out/11	141.260,8	out/11	166.902,8
3º	out/99	1.758,7	out/05	122.332,7	out/10	132.757,7
4º	out/08	28.127,4	out/04	119.185,8	out/05	120.057,5
5º	out/04	10.916,6	out/07	125.076,3	out/12	107.221,5
6º	out/03	10.646,5	out/06	115.849,0	out/04	110.444,4
7º	out/11	18.409,8	out/03	107.619,9	out/06	110.000,8
8º	out/05	12.668,8	out/10	110.009,4	out/07	112.331,3
9º	out/00	3.341,8	out/02	98.079,6	out/03	101.888,6
10º	out/01	7.240,9	out/12	97.417,8	out/13	78.392,9
11º	out/12	14.419,4	out/99	76.414,1	out/02	85.920,6
12º	out/06	14.358,5	out/01	81.036,0	out/01	78.814,5
13º	out/07	19.885,9	out/00	72.639,0	out/99	80.126,5
14º	out/97	-2.934,0	out/13	43.836,0	out/00	68.650,0
15º	out/98	-5.484,2	out/98	24.588,4	out/14	38.443,7
16º	out/15	-16.279,8	out/09	49.519,7	out/98	19.568,7
17º	out/09	20.405,0	out/97	12.115,8	out/09	3.602,9
18º	out/13	7.127,4	out/14	-22.855,8	out/15	-55.043,5
19º	out/19	9.023,9	out/15	-46.612,3	out/18	-99.754,4
20º	out/18	10.131,8	out/19	-66.339,1	out/19	-117.504,4
21º	out/17	5.652,0	out/18	-77.894,5	out/17	-232.357,0
22º	out/14	4.099,5	out/16	-70.163,3	out/16	-170.561,3
23º	out/16	46.765,0	out/17	-117.314,8	out/20	-725.674,3
24º	out/20	-3.563,5	out/20	-693.577,0		